

Massarani, Luisa; Lima, Luanda
Brasil-Moçambique, laços na política científica: entrevista com Lídia Brito
História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 19, núm. 2, abril-junio, 2012, pp. 533-540
Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138063010>

Brasil-Moçambique, laços na política científica: entrevista com Lídia Brito

*Brazil-Mozambique, links in scientific policy:
an interview with Lídia Brito*

Entrevista com
Lídia Brito

Diretora da Divisão de Política e Capacitação em Ciência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Concedida a
Luisa Massarani

Diretora do Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

nestudos@coc.fiocruz.br

Luanda Lima

Jornalista do Núcleo de Estudos da Divulgação Científica/Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

nestudos@coc.fiocruz.br

Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
Av. Brasil, 4365
21045-900 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

MASSARANI, Luisa; LIMA, Luanda. Brasil-Moçambique, laços na política científica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun. 2012, p.533-540.

Resumo

Este texto traz entrevista com Lídia Brito, diretora da Divisão de Política e Capacitação em Ciência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e ex-ministra do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique. Com um olhar aguçado, Brito discute alguns dos desafios atuais para a ciência em Moçambique, a importância de que se estabeleçam parcerias entre países em desenvolvimento e a popularização científica. Personalidade de grande carisma, aborda também sua atuação na Unesco e o papel da mulher na ciência.

Palavras-chave: ciência no mundo em desenvolvimento; popularização científica; Lídia Brito; Brasil; Moçambique.

Abstract

This text presents an interview with Lídia Brito, director of the Division of Policy and Training in Science of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) and former minister of the Ministry of Science, Technology and Innovation of Mozambique. With a discerning eye, Brito discusses some of the current challenges facing science in Mozambique, the importance of establishing partnerships between developing countries and the popularization of science. With her highly charismatic personality, she also discusses her activities in Unesco and the role of women in science.

Keywords: science in the developing world; scientific popularization; Lídia Brito; Brazil; Mozambique.

As semelhanças entre Brasil e Moçambique vão além de seu idioma oficial e do passado de ambos os países como colônias portuguesas de exploração. Entre outras similaridades, as duas nações lutam atualmente para alcançar maior desenvolvimento socioeconômico e ampliar a participação de pautas técnico-científicas em suas agendas políticas.

Enquanto no Brasil o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foi criado em 1985, em Moçambique um ministério especialmente dedicado a C&T surgiu 15 anos depois, em 2000. A primeira responsável pela pasta no país africano foi a engenheira florestal Lídia Brito, então vice-reitora da Universidade Eduardo Mondlane, que permaneceu como ministra até 2005.

Brito, atual diretora da Divisão de Política e Capacitação em Ciência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), conversou, em maio de 2010, com Luisa Massarani (chefe do Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz), em Brasília. Em março deste ano, Luisa Massarani e Lídia Brito estiveram juntas novamente, dessa vez para a conferência internacional *Planet Under Pressure*¹, da qual a moçambicana foi *co-chair*. O evento reuniu representantes de mais de cem países com o objetivo de buscar soluções para os desafios ambientais enfrentados atualmente pela Terra.

A projeção de Lídia Brito, aliada a sua perspicaz visão sobre a realidade moçambicana, os benefícios obtidos pelas alianças internacionais e o contexto global, torna esta entrevista um valioso registro.² Além disso, o relato oferece um olhar mais próximo sobre as graves e urgentes demandas ligadas a C&T vindas de Moçambique, país que em 2011 ocupou a 184^a posição na lista de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³ divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em *ranking* com 187 participantes.



Como foi o movimento de criação de um ministério de ciência em Moçambique?

Lídia Brito – O então chamado Ministério de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia foi criado, em 2000, como resultado de uma consulta nacional que o presidente da República da época, Joaquim Chissano⁴, fez sobre a necessidade da expansão do ensino superior. Uma das recomendações que resultou dessa consulta foi justamente a criação de um ministério específico para a área do ensino superior de ciência e tecnologia, e isso aconteceu. Foi, digamos, a primeira vez em que havia um ministério específico para a área de ciência e tecnologia. Posteriormente, optou-se por chamar a pasta de Ministério de Ciência e Tecnologia, portanto, retirando a parte Ensino Superior, que voltou a estar sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura.⁵

¹ O site do evento está disponível em: <http://www.planetunderpressure2012.net>.

² Edição e colaboração na entrevista: Luanda Lima, jornalista do Núcleo de Estudos da Divulgação Científica do Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

³ Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt>.

⁴ Joaquim Chissano foi presidente de Moçambique entre 1986 e 2005.

⁵ Ministério da Educação e Cultura, disponível em: <http://www.mec.gov.mz>.

E como você virou ministra?

Lídia Brito – Na época, eu era vice-reitora acadêmica da maior universidade moçambicana, a Universidade Eduardo Mondlane. Eu estava no cargo há pouco mais de um ano. E pronto, virei ministra! Foi uma oportunidade muito boa e única.

Quais são os principais desafios atuais para a ciência em Moçambique?

Lídia Brito – Vou primeiro falar dos desafios da ciência pontualmente e como isso, de uma forma particular, afeta ou não o desenvolvimento científico em Moçambique. Atualmente, a ciência é cada vez mais a base da sociedade, é um instrumento de desenvolvimento sustentável. Infelizmente, o acesso à ciência ainda não é igual para todos. Então, a complexidade dos assuntos com os quais convivemos hoje – todas estas crises, as mudanças climáticas, as crises energéticas, essa última crise financeira – mostra que vivemos em um mundo de incertezas. Neste cenário, se não for a ciência a trazer as respostas, as alternativas a problemas antigos, quem é que vai trazer? Mas tem que ser uma ciência inclusiva, e acho que talvez seja esse o grande desafio. Como fazer ciência hoje de forma inclusiva ou como definir agendas científicas tomando em consideração as camadas sociais que mais precisam de respostas, de soluções e como conseguir, nessas agendas científicas e nessa necessidade de inclusão na definição dessas agendas, abordar a complexidade e as conexões que atualmente os problemas, os desafios, têm? Já não se consegue abordar algo de uma única maneira. Tem que ser multidisciplinar, transdisciplinar até, o que implica sempre um grupo muito diverso de atores. Eu acho que esse é um desafio que a ciência enfrenta em todo o mundo. Quando falamos no caso particular de Moçambique, essa complexidade, essa necessidade de participação, torna-se ainda mais premente, porque ainda temos muita gente que é analfabeta, ainda temos muitas crianças que não vão além do ensino primário. Então, o acesso ao conhecimento científico tem que ser dado também fora da escola, fora dos sistemas formais. E isso traz para o governo, para as autoridades moçambicanas (na área particular da ciência), um desafio muito grande, que é o da popularização da ciência fora dos canais formais. Algumas vezes, podendo até mesmo usar canais formais, como é o caso das escolas primárias, mas oferecendo atividades relacionadas à ciência de uma forma informal àqueles que já não estão no sistema educativo. Isso torna tudo muito mais complexo. Também somos um país de periferia num mundo em que as grandes decisões são feitas por um grupo pequeno de países, mas com impacto que é sentido por todos nós. Moçambique tem que continuar a investir seriamente em ciência e tecnologia, em particular nos recursos humanos do país, nos programas de pesquisa nas universidades, nos institutos que tem. Não sei até que ponto o povo brasileiro, os próprios pesquisadores e os políticos têm noção do quanto foi efetivamente feito no Brasil. Acho que a mensagem que fica para países como o meu é: comecem ontem, por favor, a investir nessa área da ciência; não esperem muito tempo e não deixem de investir. O Brasil deu, nos últimos anos, dois saltos importantes: no nível da pesquisa, no volume de pesquisadores e também da utilização da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento econômico. Mas a verdade é que o *gap* social ainda existe e, portanto, esse movimento não pode parar, tem de ser contínuo. Espero, porém, que Moçambique e outros países como o meu possam seguir como modelo

a experiência brasileira, porque temos este problema: ainda não começamos a investir massivamente em ciência e tecnologia. Já temos em Moçambique um ministério de ciência, mas os recursos que alocamos ainda não são suficientes para termos a esperança de que daqui a 25 anos poderemos ser considerados uma economia emergente. Portanto, acho que o desafio vai ser este: aumentar o investimento público e privado na ciência.

Como você vê parcerias entre países como Brasil e Moçambique?

Lídia Brito – Estábamos discutindo com o assessor da convenção internacional que há espaço para fazer parcerias, porque muitas indústrias no Brasil que atualmente competem em nível internacional são indústrias que também estão em nossos países. Portanto, muitas tecnologias desenvolvidas no Brasil e por brasileiros ou que foram adaptadas por brasileiros podem sem dúvida beneficiar países como o meu, gerar uma transferência tecnológica. Temos o mesmo problema: um grupo de pessoas com formação em educação de alto nível e pessoas que ainda estão no nível da escola primária, na qual nem sempre a qualidade de ensino é boa. Então, é importante aprendermos com a experiência brasileira e de outros países do sul. Uma das áreas em que a Unesco investe muito é nessa colaboração sul-sul, e, no caso particular da ciência, da tecnologia e da inovação, para nós é uma maneira de formar recursos humanos. Uma das áreas de atuação da Unesco é justamente formar recursos humanos, criar redes... A colaboração sul-sul pode ajudar a complementar uma cooperação que é mais antiga, a norte-sul. O foco tem que ser também sul-sul, porque há problemas que são comuns e soluções que são comuns, e, portanto, temos que aproveitar isso.

Por favor, fale um pouco de sua atuação na Unesco.

Lídia Brito – Dirijo uma divisão que olha para as políticas de ciência e tecnologia com a perspectiva de garantir o desenvolvimento sustentável. Trabalhamos em várias regiões do mundo. Temos o papel de consolidar capacidades para o desenvolvimento de políticas públicas na área da ciência, da tecnologia e da inovação. Fazemos seminários e capacitações. Trabalhamos com os países para criar essa capacidade nacional na área de desenvolvimento de políticas, na área de indicadores, que permitem depois monitorar o impacto de tais políticas e ir reajustando, portanto, essas instituições políticas. Temos uma segunda vertente de intervenção que é muito importante também, de assistência técnica e aconselhamento aos governos, mais uma vez na área de políticas científicas. Temos o acompanhamento da criação das redes e de mobilidade e espaços para que boas práticas e experiências possam ser compartilhadas entre vários países dentro de uma região e entre regiões. Temos também um acompanhamento fundamental que acontece por meio do que chamamos 'fóruns de política de ciência', que são fóruns – sejam regionais, sejam globais – em que os vários atores, além de se encontrar e discutir, participam do *design*, da implementação e do monitoramento



de políticas. Encontram-se governos, acadêmicos, parlamentares... Esses fóruns acontecem em vários níveis, desde nacional ou regional até o global ou internacional, de dois em dois anos com o World Science Forum⁶, em Budapeste. Temos outro tipo de diálogo que é feito criando pontes, porque a Unesco, no seu mandato de criar a paz e o desenvolvimento, considera que a ciência também é um instrumento para isso. Então, há redes de ciência que aproximam investigadores, por exemplo, de países que estão em uma situação de conflito ou tensa. Em um ambiente científico, de parceria científica, é possível que esses países, de alguma maneira, criem algo bom para suas sociedades, em um ambiente de paz. Esses diálogos são valiosos para nós, e essa talvez seja uma característica importante da Unesco, que consegue juntar à volta de uma mesa atores realmente diferentes. O poder de chamar as pessoas para um tema importante é uma grande vantagem da Unesco como organização. Portanto, trabalhamos com políticas de ciências, com inovação, com desenvolvimento de parques científicos, parques tecnológicos, de incubadoras de negócios com base na tecnologia... Temos programas de popularização da ciência, que estão ligados, por exemplo, com o World Science Day⁷ (Dia Mundial da Ciência), dedicado à ciência, à paz e ao desenvolvimento. Ele é celebrado todos os anos no dia 10 de novembro e em todo o mundo se fazem atividades de ciência para a sociedade e da sociedade para a ciência. Um exemplo é a noção de que a ciência tem que fazer parte da cultura de forma que possa também ser um instrumento de transformação e desenvolvimento social. Essa parte da popularização é muito importante. A Unesco também tem algumas prioridades transversais. Uma é o continente africano, outra são as questões de gênero, e a juventude está desempenhando um papel cada vez maior em seus programas. Talvez o maior desafio que temos é a forma como olhamos para as políticas de ciência hoje, que mudaram muito ao longo dos anos e passaram de políticas essencialmente *top-down* – de cima para baixo, com foco muito economicista – para políticas estruturais basilares que criam os grandes pilares capazes de permitir que outras políticas públicas possam ser efetivamente implementadas. Isso muda completamente os processos, as metodologias, as abordagens, até mesmo de como se desenvolvem essas políticas. É essa reflexão sobre a evolução do mundo, os novos desafios e a necessidade de desenvolver novas abordagens que temos estimulado.

E a questão do gênero na ciência?

Lídia Brito – A mulher na ciência é um tema sobre o qual a Unesco também trabalha muito. É uma das nossas prioridades transversais, que visa ter mais cientistas e engenheiras e, também, ter mais mulheres em cargos responsáveis pela tomada de decisões, como parte dos desenhos das políticas. Na gestão da ciência, há quantas reitoras? Quantos diretores nacionais, quantos chefes de comissão, quantos chefes de comissões organizadoras de grandes eventos são mulheres? As mulheres já atingiram níveis altíssimos de competência científica, mas qual é a influência que elas têm na gestão dos sistemas nacionais de inovação

⁶ O site do fórum está disponível em: <http://www.sciforum.hu>.

⁷ World Science Day for Peace and Development, cujo site está disponível em: <http://www.un.org/en/events/scieday>.

e de ciência e tecnologia? Essa é uma área pela qual a Unesco se interessa imensamente. É uma área em que ainda temos muito para fazer. A questão do gênero para nós é transversal. Ela aparece em todos os programas temáticos da Unesco.

Como está a área de popularização da ciência em Moçambique?

Lídia Brito – Nessa área, eu não sou a melhor pessoa para comentar, porque já estou há algum tempo fora. Mas temos a Mostra Moçambicana de Ciência e Tecnologia, que ocorre todos os anos e cada vez está mais descentralizada. Já acontece em várias partes do país, o que é ótimo, com um grande envolvimento não só das instituições acadêmicas e de pesquisa e das escolas, mas também das empresas. Iniciamos alguns movimentos para a formação de jornalistas na área de jornalismo científico, e atualmente alguns de nossos meios de comunicação têm páginas ou programas específicos para a divulgação científica. Também temos os concursos de Equamat, que aqui vocês chamam de Olimpíadas de Matemática.⁸ O ministério criou centros regionais, e, portanto, não está mais só em Maputo. Já há um centro-norte, um centro-sul. Já começa a haver algumas incubadoras de atividades de popularização científica. Portanto, acho que é uma área que está crescendo e se desenvolvendo, e permite complementar a educação da ciência num sistema formal para criar na sociedade uma cultura de ciência, que permita a sociedade escolher o melhor caminho.

Como mostram as discussões em torno da Rio+20⁹ e da Conferência Planet Under Pressure, há um esforço por parte de setores da comunidade científica de colocar a ciência no centro das discussões de um desenvolvimento sustentável. A seu ver, em que medida a ciência pode efetivamente ajudar na consolidação de estratégias de desenvolvimento sustentável?

Lídia Brito – Um dos objetivos da conferência Planet Under Pressure foi colocar juntos cientistas de diferentes *backgrounds*. Visava, assim, discutir as oportunidades desse conhecimento científico multidisciplinar e as barreiras que o impedem de ser efetivamente aplicado. Nossa expectativa é trazer ações concretas, de forma que tal conhecimento científico multidisciplinar possa efetivamente permear o mundo no processo de tomada de decisão, mas também nas ações em direção a um desenvolvimento mais sustentável. Isso está trazendo alternativas, uma compreensão melhor da interligação dos assuntos. E pode nos levar não só a tomar as decisões corretas em direção ao desenvolvimento sustentável, mas também em relação à consciência, ao comportamento individual, ao que é preciso fazer como indivíduos e comunidade para realmente garantir que o desenvolvimento não ponha em perigo aquilo que é a nossa maior responsabilidade, o nosso planeta. A conferência reforçou esse papel da ciência no desenvolvimento sustentável. Além disso, nessa conferência as comunidades científicas se comprometeram a trabalhar juntas para adotar essas questões complexas, dentro de uma abordagem multidisciplinar e até mesmo transdisciplinar, mas também a trabalhar com os governos, com a sociedade civil, com o setor privado, com a indústria, na busca de soluções que permitam aos componentes

⁸ Olimpíada Brasileira de Matemática, disponível em: <http://www.obm.org.br>.

⁹ Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, de 13 a 22 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br>.

social, cultural, econômico e ambiental do desenvolvimento fazer parte da mesma solução. Isso é algo que esperamos continuar vendo nos debates da Rio+20. Que a ciência e tecnologia possam continuar sendo consideradas como um manancial de conhecimento capaz de, em parceria com a sociedade, o governo e o setor científico, trazer soluções alternativas que nos permitam continuar a nos desenvolver social e culturalmente, mas também manter nossos planos para o futuro.

Na Conferência Planet Under Pressure, foi feito um esforço para se repensar a agenda da pesquisa científica, que deixaria de ter caráter individual para adquirir caráter mais coletivo. Em que medida você acha que é possível de fato ter uma nova agenda de pesquisa científica?

Lídia Brito – Eu e todos aqueles que estávamos ali acreditamos que esse é o caminho. Ficou óbvio na conferência que a ciência efetivamente vai mudar. O próprio relatório¹⁰ da Unesco para a ciência já tinha mostrado maior tendência de internacionalização da ciência e que ela já estava muito mais integrada, que os projetos científicos cada vez mais exigem conhecimento e *expertise* de várias áreas científicas. O relatório mostrou também que a tendência de mobilidade é muito grande e já há algumas iniciativas importantes. Por exemplo, o Brasil é um polo de atração, a China é outro. Portanto, começa a haver *power houses* científicas na paisagem da ciência – e claramente o Brasil é uma dessas potências emergentes. A conferência foi um sinal da comunidade científica de que vamos trabalhar cada vez mais juntos para poder abordar questões científicas hoje já tão complexas – e quando se acrescenta o componente desenvolvimento, elas se tornam ainda mais complexas. Esse comprometimento da comunidade científica em trabalhar de forma cada vez mais integrada, em trabalhar com o governo e o setor privado... trazer esses outros parceiros para a discussão da agenda científica é fundamental para a crise que enfrentamos atualmente, e a conferência reafirmou esse compromisso da ciência, de que vamos fazer ciência dessa maneira, porque hoje é preciso fazer ciência assim. Um bom exemplo do que tanto se discutiu, sobre essa nova forma das iniciativas científicas, é o projeto Future Earth. O Future Earth reúne os quatro programas de mudanças ambientais mundiais, estimulando reflexão e discussão que permitem a agenda de pesquisa ser formada pelas necessidades do desenvolvimento e não só por questões puramente científicas. O desenvolvimento começa também a informar e influenciar as comunidades de pesquisa. Iniciativas como o Future Earth demonstram que a comunidade científica está absolutamente convencida e comprometida com a necessidade de fazer uma ciência mais integrada e que melhor responda aos desafios do desenvolvimento sustentável. Acho que esse é um grande ganho e um passo à frente para a humanidade. Podemos aspirar a um desenvolvimento sustentável e equitativo para todos. Estamos correndo contra o tempo e temos todos que unir forças. É importante a internacionalização da ciência e a utilização do conhecimento científico para a tomada de decisão. Esse movimento tem que levar em consideração os países com menos capacidade científica e, portanto, em paralelo, implementar programas que garantam

¹⁰ Unesco Science Report, disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/science-technology/prospective-studies/unesco-science-report>.

a todos os países massa crítica científica que utilize o conhecimento científico para tomar decisões rumo ao desenvolvimento sustentável. Não é só fazer pesquisa, mas também garantir que essa pesquisa seja efetivamente global e que os outros países com menos capacidade científica possam entender o conhecimento e as soluções que essa pesquisa traz, para que todos comecem a participar dessa discussão. Ninguém pode ficar de fora.

